

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.016](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT03.016)

ALICE DE AZEVEDO MONTEIRO E A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NA PRIMEIRA ESCOLA (PARAÍBA, 1930-1940)

Hercília Maria Fernandes

Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: fernandeshercilia@gmail.com

Nicoli Lira da Silva

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: nicolilira20@gmail.com

RESUMO

Alice de Azevedo Monteiro foi uma educadora e escritora paraibana, que exerceu o magistério nas primeiras décadas do século vinte. Especializada no modelo pedagógico *Kindergarten* (Jardim de Infância), foi diretora fundadora do Jardim de Infância Oficial da Paraíba, instalado na capital João Pessoa, no ano de 1934. Engajada na defesa da criança e de sua escolarização, atuou como professora formadora de jardineiras, por meio de “literatura pedagógica” voltada à formação e à prática docente. Os escritos escolares de D. Alice, publicados na *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942), versam sobre a criança, a educadora infantil, o jardim de infância, os métodos e processos de ensino, as brincadeiras e as aprendizagens infantis na primeira escola; dialogando com as teorias dos principais estudiosos da pedagogia infantil dos séculos dezanove e vinte. Tendo em vista a contextualização proposta, o artigo objetiva refletir as teorizações e propostas educativas racionalmente sistematizadas pela professora Alice de Azevedo Monteiro, em observância às teorias de Friedrich Froebel, John Dewey, Maria Montessori e Jean-Óvide Decroly. Com base na teoria da forma e do modo escolar de socialização, as ideias e propostas educativas

defendidas por essa educadora são entendidas enquanto um conjunto de “saberes autorizados”, condizentes tanto à pedagogia da Educação Moderna (“caixa de utensílios”) como à pedagogia da Nova Educação (“ciência da biblioteca”).

Palavras-chave: Alice de Azevedo Monteiro, Jardim de Infância, Literatura pedagógica, Saberes autorizados.

INTRODUÇÃO

Alice de Azevedo Monteiro foi uma educadora e escritora paraibana, que exerceu o magistério nas primeiras décadas do século vinte. Especializada no modelo pedagógico *Kindergarten* (Jardim de Infância), foi diretora fundadora do Jardim de Infância Oficial da Paraíba, instalado na capital João Pessoa, no ano de 1934.

De acordo com Lima (2016), essa educadora e escritora destacou-se nas redes de sociabilidade no estado da Paraíba por sua intensa atuação na educação, na escrita pedagógica e também no exercício de cargos de relevância institucional e social. Escreveu e publicou diversos artigos e poemas na imprensa da capital; especialmente, nos jornais “A União” e “A Imprensa”, assim como publicou vários escritos escolares na *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942), em que reflete e debate pressupostos teóricos e metodológicos relacionados à educação da criança na primeira escola.

Além da atividade escrevente na imprensa pedagógica, Alice de Azevedo foi membro da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, fundada no ano de 1933, onde exerceu o cargo de secretária. Também foi sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), ingressando no dia 05 de junho de 1936. Além das atividades exercidas nessas instituições, atuou como vice-presidente da Sociedade de Professores Primários (1937), e presidente da Sociedade de Assistência aos Lázarus na Paraíba (1939) (LIMA, 2016).

Engajada na defesa da criança e de sua escolarização, Alice de Azevedo Monteiro atuou como professora formadora de jardineiras, por meio do ministério de Conferências realizadas durante as Semanas Pedagógicas e da “literatura pedagógica” voltada à formação e à prática docente. Quanto à sua atuação na literatura pedagógica, os escritos escolares de D. Alice, publicados na *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942), versam sobre a criança, a educadora infantil, o jardim de infância, os métodos e processos de ensino, as brincadeiras e as aprendizagens infantis na primeira escola; dialogando com as teorias dos principais estudiosos da pedagogia infantil dos séculos dezenove e vinte.

Com a missão de oferecer bons meios à educação das crianças e à formação de jardineiras, a professora Alice de Azevedo Monteiro, além de desenvolver suas atividades pedagógicas no Jardim de Infância Oficial da Paraíba, escreveu e publicou na *Revista do Ensino* da Paraíba os seguintes escritos escolares: “Jardins de Infância” (1932a); “Brincar e estudar” (1932b); “Palavras da diretora do Jardim de Infância” (1933), “O ensino do cálculo no Jardim de Infância” (1934); “Uma contribuição para os Jardins da Infância” (1934b), e, “A educação dos Párvulos e o Jardim da Infância” (1937).

Segundo Fernandes e Cavalcante (2022b), a criação da *Revista do Ensino* da Paraíba se vinculou a outras medidas adotadas pela Diretoria do Ensino Primário, nos anos iniciais da década de 1930, a fim de modificar a cultura e a prática educativa dos professores paraibanos nos grupos escolares recentemente implantados. A *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942), sendo uma ação institucionalizada pelo estado paraibano, se associa ao quadro nacional de reorganização do aparelhamento escolar com base nas concepções, teorias e métodos (re)produzidos pela Escola Nova brasileira.

Dessa forma, entre as medidas em prol da renovação do ensino primário paraibano de conformidade aos ideais escolanovistas da década de 1930, a Diretoria do Ensino Primário cria a *Revista do Ensino* da Paraíba, sob o Decreto nº 287, de 18 de maio de 1932, promulgado por Gratuliano da Costa Brito, então Interventor Federal Interino no Estado da Paraíba, como uma publicação de periodicidade trimestral.

A *Revista do Ensino* abarcou a finalidade de “[...] levar ao professorado do interior não só o que se processa nos centros adiantados, em assuntos de educação, mas ainda para trazê-lo a par do movimento em relação ao Departamento da Instrução” (MELLO, 1996, p. 98). Segundo José Baptista de Mello, esse “órgão de publicidade” traria grande vantagem aos professores paraibanos, pois despertaria “o gosto pelas letras” e serviria “[...] de veículo de ideias novas aproximando elementos, estimulando-os ao mais eficaz desempenho de suas funções” (MELLO, 1996, p. 98).

A *Revista do Ensino*, desse modo, assumiu a missão de difundir os modernos conhecimentos e processos de ensino ligados à Nova Pedagogia, e, simultaneamente, informar as ações do Estado em prol da educação paraibana. Para Lucena (2016), mais do que um

periódico de natureza “técnico-pedagógico” e de caráter “educacional”, a *Revista do Ensino* se caracterizou enquanto “instituição”; assumindo importante papel “[...] tanto na circulação como na produção de saberes [...] ligados à educação e, conseqüentemente, na progressiva institucionalização do campo pedagógico [...] cada vez mais especializado” (FERNANDES, 2008, p. 22, apud LUCENA, 2016, p. 52).

Os artigos da *Revista do Ensino* foram escritos por intelectuais, educadores, políticos, que se destacavam nas redes de sociabilidade do estado da Paraíba, a exemplo da professora e escritora Alice de Azevedo Monteiro. Além desse atributo, as matérias exprimem os ideais de progresso e modernidade, disseminando “[...] um projeto educativo dirigido ao contexto paraibano em harmonia com um projeto brasileiro” (SILVA; RODRIGUES; LIMA, 2019, p. 61).

Nesse sentido, os saberes autorizados docentes (re)produzidos na e pela literatura pedagógica paraibana, então difundidos na *Revista do Ensino* da Paraíba, apontam às finalidades socioeducativas da educação escolar da(s) infância(s) paraibana(s) nas décadas de 1930 e 1940. Como parte do ideário político-pedagógico da Escola Nova, esses escritos escolares delimitavam modos de atuação aos educadores da infância no tocante à organização do tempo e espaço escolar, à seleção e distribuição das atividades, às linguagens infantis, aos meios e recursos didáticos, de conformidade a uma orientação psicológica, biológica e sociológica do desenvolvimento infantil, que se associa, também, às prescrições da ciência médica, especificamente à eugenia no início do século vinte (FERNANDES; CAVALCANTE, 2022b).

Tendo em vista a discussão inicial proposta, o artigo objetiva refletir as teorizações e propostas educativas racionalmente sistematizadas pela professora Alice de Azevedo Monteiro, em observância às teorias de Friedrich Froebel, John Dewey, Maria Montessori e Jean-Óvide Decroly. Para tal feito, o trabalho comporta a análise de escritos escolares publicados por essa autora na *Revista do Ensino* da Paraíba (MONTEIRO, 1932a, 1932b, 1933, 1934a, 1934b, 1937), e fontes documentais relacionadas à educação paraibana na década de 1930, em que se destacam os Programas de Ensino (1932 e 1936) que orientavam as atividades educativas nos grupos escolares, com seus jardins de infância anexos.

Enquanto fontes teóricas, históricas e historiográficas, o trabalho envolveu o estudo da seguinte bibliografia: “Modernidade pedagógica e modelos de formação docente” (CARVALHO, 2000); dois capítulos da tese de doutorado “Aprender e apreender no Jardim-Escola” (FERNANDES, 2018); documentos e artigos relacionados ao pensamento político-pedagógico da Escola Nova; em especial o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932); e o artigo “Diretrizes da Escola Nova (TEIXEIRA, 1932); assim como obras clássicas da Educação e da Pedagogia (DEWEY, 2002; FROEBEL, 1897, 2001; HAMAIDE, 1934; MONTESSORI, 1965).

Constituindo uma investigação histórica, a reflexão do pensamento expresso por Alice de Azevedo Monteiro se efetiva de forma relacional, associando as suas concepções e propostas educativas voltadas à educação escolar da primeira infância às teorizações vinculadas à educação moderna e ao pensamento político-pedagógico da Escola Nova, especialmente em face aos métodos e processos de ensino veiculados pela literatura pedagógica escolanovista em circulação no estado da Paraíba.

Dessa maneira, conforme a teoria da forma e do modo escolar de socialização (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001), assim como o entendimento histórico de Carvalho (2000) e de Fernandes (2018; 2022a), acerca dos modelos de formação docente no final do século dezenove e início do século vinte, as concepções e propostas educativas defendidas pela diretora fundadora do Jardim de Infância Oficial da Paraíba são entendidas enquanto associadas a um conjunto de “saberes autorizados”, condizentes tanto à pedagogia da Educação Moderna (“caixa de utensílios”) como à pedagogia da Nova Educação (“ciência da biblioteca”).

CONCEPÇÕES DE CRIANÇA, INFÂNCIA, EDUCADORA E ESCOLA INFANTIL

O “jardim da infância” é uma obra de amor às crianças e por isto até hoje não se conseguiu substituir-lhe a designação harmoniosa imaginada por Froebel (Alice de Azevedo Monteiro).

De acordo com os estudos de Fernandes (2018, 2019a, 2019b, 2022a), os saberes que orientaram a formação docente e

a escolarização da infância brasileira, no final do século dezenove e início do século vinte, se ligavam às pedagogias Moderna e Nova. Estando vinculados a pesquisas experimentais desenvolvidas em escolas-laboratórios por renomados estudiosos da criança/infância, foram difundidos em cursos de formação docente e pelas vias da literatura pedagógica; constituindo, assim, os fundamentos filosófico-científicos e didáticos do magistério nacional, em grande medida sob a influência da psicologia, biologia e sociologia, mas, também, da ciência médica escolar.

Em relação aos saberes voltados à formação docente e à escolarização da(s) infância(s) paraibana(s), em circulação nas primeiras décadas do século vinte, destacam-se os escritos escolares de D. Alice de Azevedo Monteiro. Uma análise criteriosa dessas fontes, em articulação às teorias de Froebel, Dewey, Montessori e Decroly, permite refletir que as concepções expressas pela ilustre diretora do Jardim Oficial da Paraíba se associam a um conjunto de “saberes autorizados” condizentes tanto à pedagogia da “caixa de utensílios” como à da “ciência da biblioteca” (VIEIRA; GOMES; FERNANDES, 2020; FERNANDES; CALVANTE, 2022b).

Nesse sentido, a formação especializada em Jardim de Infância de Alice de Azevedo Monteiro é compreendida, neste trabalho, mediante o entendimento histórico de Carvalho (2000) e de Fernandes (2018; 2022a), que envolve a compreensão de que a formação docente, no final do século dezenove e início do século vinte, se efetiva pela observância de “bons moldes de ensino” fornecidos por educadoras-jardineiras em instituições educativas, de forma a possibilitar a apropriação da teoria e dos processos de ensino sistematizados pelo pedagogo alemão Friedrich Froebel, cuja pedagogia é entendida como “arte de ensinar”.

Todavia, tendo uma atuação ativa no movimento de educação da primeira infância na Paraíba, e em observância aos métodos e processos de ensino postulados pela Escola Nova nos anos de 1930 e 1940, Alice de Azevedo Monteiro construiu as bases do seu conhecimento pedagógico em um processo de recontextualizações e adaptações da pedagogia froebeliana; introduzindo, em sua prática educativa desempenhada no Jardim de Infância Oficial da Paraíba, os saberes provenientes da Nova Pedagogia, posto que: “Por todos os Estados se alastra o movimento doutrinário em prol da escola e,

aqui na Paraíba, não é pequeno o número de trabalhadores pela adaptação das novas ideias” (MONTEIRO, 1934, p. 23).

Dessa maneira, a história de formação e atuação pedagógica da professora Alice de Azevedo Monteiro se articula à própria história de criação e desenvolvimento histórico dos Jardins de Infância no estado da Paraíba, que, diferentemente de outras instituições infantis criadas nos primeiros anos do século vinte anexas às Escolas Normais, foram implantados em grupos escolares paraibanos e de certa forma tardiamente em relação a outros estados brasileiros (FERNANDES, 2018; LIMA, 2016).

Assim sendo, mesmo as defesas sobre a criação de Jardins de Infância públicos estando presentes nos discursos dos intelectuais e políticos paraibanos desde os anos iniciais do século vinte, é somente no ano de 1929, porém, que medidas concretas são tomadas, a fim da criação de um Jardim de Infância público na Paraíba. Em o Relatório de 1929, estudado por Lima (2016), o governo do presidente João Pessoa propõe, à Assembleia Legislativa do Estado, a instalação dessa primeira escola, assim como o envio da professora Alice de Azevedo Monteiro, por um ano, à cidade do Rio de Janeiro, à época capital do Brasil, para estudar a pedagogia froebeliana do *Kindergarten*.

Em o texto “Palavras da Diretora do Jardim da Infância” (MONTEIRO, 1933), a professora Alice rememora aspectos da sua formação especializada em Jardim de Infância; argumentando que:

No Rio de Janeiro¹, onde por designação do saudoso presidente Sólon de Lucena, frequentei durante um ano os jardins oficiais, procurei ao lado dos ilustrados professores daquelas escolas adquirir a prática

1 A história do Jardim de Infância na cidade do Rio de Janeiro tem início com a atuação do setor privado. Em 1875, o médico Joaquim José de Menezes Vieira, com a colaboração de sua esposa, D. Carlota de Menezes Vieira, cria o primeiro Jardim de Infância privado da cidade do Rio de Janeiro. Cinco anos da criação do Jardim Menezes Vieira, a professora Maria Guilhermina Loureiro de Andrade inaugura um *Kindergarten* Modelo (1880), após estudar a pedagogia froebeliana por quatro anos nos Estados Unidos. A criação de jardins de infância públicos se efetiva a partir de 1909, com a instalação do Jardim de Infância Campos Sales. Posteriormente, são criados o Jardim de Infância Marechal Hermes (1910) e o Jardim de Infância Barbara Otoni (1922) (FERNANDES, 2018). Possivelmente, essas três instituições públicas conhecimentos em torno da pedagogia froebeliana do *Kindergarten*.

de que precisava para realizar a obra que há um ano e meio venho fazendo em João Pessoa (MONTEIRO, 1933, p. 28).

O primeiro Jardim de Infância fundado na capital João Pessoa seria criado por iniciativa particular. Esse primeiro Jardim de Infância da Paraíba foi criado pelas professoras Alice de Azevedo Monteiro e Nayde R. Martins Ribeiro, funcionando, inicialmente, na residência dessa segunda educadora. Posteriormente, o “Curso Modelo” seria transferido para o prédio da Ordem dos Advogados da Paraíba. É, portanto, somente no ano de 1934 que se efetiva a inauguração do Jardim de Infância Oficial da Paraíba. Sendo instalado no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindêllo, o primeiro Jardim público paraibano teve a professora Alice de Azevedo Monteiro como a sua primeira diretora. Na ocasião da inauguração, a ilustre diretora assegurou que a instituição constituía

[...] uma escola para filhos do povo, os quais aqui encontrarão com os cuidados e carinhos maternos os meios de realizar uma educação que as mães muita vez são incapazes de lhes dar. Receberão eles lições da vida prática, adquirirão hábitos de higiene, de cortesia, de solidariedade, de fraternidade (MONTEIRO, 1934, apud LIMA, 2016, p. 79).

Além da atuação pedagógica no Jardim de Infância Oficial da Paraíba, Alice de Azevedo Monteiro atuou como professora formadora de jardineiras, por intermédio de Conferências ministradas em Semanas Pedagógicas e pela atividade escrevente na *Revista do Ensino da Paraíba*, em cujos escritos expõe as suas concepções, reflete e fornece bons moldes de ensino às práticas de educadoras dos jardins de infância paraibanos.

Em o texto “Jardim de Infância”, publicado no primeiro ano e número da *Revista do Ensino*, a professora Alice de Azevedo Monteiro se refere à criança como uma “[...] planta mimosa e gentil, frágil e encantadora”. Sendo potencialidade em “vida interna”, os adultos deveriam “[...] habituar a criança a cumprir o seu dever porque assim deve ser”. No entendimento da autora, a primeira escola seria, assim, a instituição que permitiria ao infante “[...] adquirir os bons hábitos, que lhe permitam receber as lições, que lhe forem

mais tarde ministradas pelo professor primário” (MONTEIRO, 1932a, p. 13).

Para a diretora do Jardim Oficial, a função da primeira escola consistiria em preparar o desenvolvimento integral da criança para as aprendizagens da escola primária. Nesse sentido, “[...] sabendo mais psicologia que pedagogia [...], a Jardineira deveria agir [...] mais [como] uma mamãe que mestra” (MONTEIRO, 1932a, p. 13). Se aproximando das ideias froebelianas, D. Alice concebia que o papel da Jardineira, em face da educação da criança, correspondia a “[...] observar e guiar, vigiando cuidadosa e carinhosamente, em constância e discrição, sem se irritar jamais” (MONTEIRO, 1934a, p. 42).

Sendo uma observadora e incentivadora da evolução infantil, nas relações da criança com os objetos mediatizadas pela linguagem oral materna (FROEBEL, 1897), a Jardineira deveria usar “expressões elogiosas”, de forma que o infante tivesse “[...] na mestra uma boa companheira de brinquedos e de estudo, a qual ama e deseja satisfazer e imitar” (MONTEIRO, 1934a, p. 42).

Externalizando suas ideias sobre a educadora infantil, a diretora do Jardim Oficial da Paraíba defende, em o escrito escolar “O ensino do cálculo no Jardim da Infância”, palestra que integrou a Primeira Semana Pedagógica (1933), que a professora não deve ensinar “regras”; deve, antes, fazer “[...] viver as causas que as produzem”. Não caberia à jardineira, assim, “repouso”, tampouco dispor o “[...] direito de ser triste ou de ter desgosto”. Para essa autora, a educadora deveria possuir uma “[...] alma de 3 anos para viver entre companheirismos da mesma idade”. Não devendo esquecer, porém, “[...] que só pode respeitar e cultivar a personalidade sem desprezar a disciplina, base da educação” (MONTEIRO, 1934a, p. 42).

As concepções de criança, infância, educadora e escola infantil expressas pela professora Alice de Azevedo Monteiro se assemelham às teorizações propostas pelo educador alemão Friedrich Froebel, um dos maiores representantes da pedagogia da “caixa de utensílios”. Segundo Fernandes (2018, p. 46), a teoria educativa de Froebel “[...] associou a criança e o desenvolvimento infantil à metáfora da ‘semente’ ou ‘planta’ e os processos educativos ao ideário pedagógico da ‘semeadura’”.

Em sua produção pedagógica escrita, especialmente em o livro *Pedagogics of the kindergarten* (1897), Froebel defende a

necessidade de se pensar a criança em observância à totalidade do desenvolvimento de sua natureza física e espiritual. Para o educador alemão, da mesma forma que se deveria corresponder às especificidades de uma “semente de milho”, tornando visíveis a potencialidade e os desdobramentos de sua vida interna, a infância necessita, para se tornar conhecida, de cultivos apropriados. Desse modo, ao estabelecer a metáfora “criança-semente”, “Froebel expande a ideia de o germe de todo o desenvolvimento futuro do homem e da humanidade concentrar-se na própria natureza interna da criança” (FERNANDES, 2018, p. 62).

As concepções de criança, infância, educadora e escola infantil de Froebel apresentam filiação às ideias de Jean-Jacques Rousseau. De modo semelhante ao autor d’*O Emílio ou Da educação*, Froebel entrevia a necessidade de se pensar a criança “[...] no que ela é antes de ser homem” (ROUSSEAU, 2004, p. 4). Assim, em sua obra pedagógica escrita, Froebel defende que a formação da infância não podia se processar mediante doutrinas rígidas e prescrições demasiadas, que tendiam a “[...] anular, a oprimir e a perturbar o homem no que ele tem de espontâneo – de originalmente são –, na obra divina que nele se manifesta” (FROEBEL, 2001, p. 26).

O pensamento de Froebel parece orientar os escritos escolares da diretora do Jardim de Infância Oficial da Paraíba, na medida em que a infância ilustrada pela autora condiz a uma fase do desenvolvimento natural humano, onde habilidosas jardineiras trabalham para nivelar o “terreno”, preparando-o para as aprendizagens da escola primária. Para Alice de Azevedo, o Jardim de Infância corresponderia a uma “[...] escola do afeto, onde a criança começa a amar os seus mestres” e aprende “[...] com boa vontade o que lhes ensinam”.

Sendo o Jardim uma “escola do afeto”, a educação da primeira infância deveria ser orientada pelo “exemplo”, levando em consideração a “individualidade” de cada flor, que necessita de “carinhosos e inteligentes cuidados”. Para essa autora, a vontade da criança seria “[...] um meio favorável à evolução infantil” (MONTEIRO, 1932a, p. 13-14).

Consideradas a individualidade e o progressivo desenvolvimento infantil, Alice de Azevedo defende, em o artigo “Brincar e estudar”, que a escola moderna é a “escola-oficina”,

a “escola-laboratório”, a “escola-jardim”. Nesse ponto, evidencia saberes ligados tanto à pedagogia da “caixa de utensílios” quanto à “ciência da biblioteca”, explicitando como deve ser a organização do ambiente de um Jardim de Infância, que deveria corresponder a um “[...] alegre salão, onde os móveis práticos e baratos, claros, leves, inteligentemente dispostos, são avivados pela graça moderna dos cretones floridos [...]” (MONTEIRO, 1932b, p. 47).

A organização desse ambiente envolveria, também, a disposição de cadeirinhas leves, armários-prateleiras, trabalhos de alunos enfeitando as paredes... e flores... e plantas... e luz... tudo que faz a alegria, o bom humor, a felicidade das coisas puras e elevadas... (MONTEIRO, 1932b).

Nessa escola do afeto, viva e alegre, organizada conforme o “modelo familiar” ou do “bom lar” (FROEBEL, 1897; DEWEY, 2002; MONTESSORI, 1965; TEIXEIRA, 2007), uma criança de 3 (três) anos se mostra capaz de arranjar “[...] flores em um vaso, procurando depois colocá-lo sobre a mesa em posição de maior realce [...]” (MONTEIRO, 1932b, p. 47).

A ideia de a escola se orientar no modelo de organização familiar, além de formulada pelo próprio idealizador do *Kindergarten*, foi defendida pelo filósofo norte-americano John Dewey (2002), pela médica e educadora italiana Maria Montessori (1965) e pelo professor Anísio Teixeira (2007). Para John Dewey (2002), se a primeira educação se organizasse e se generalizasse mediante o modelo familiar chegar-se-ia à obtenção de uma “escola ideal”. Para essa realização, bastaria organizar “sistematicamente” e de forma “ampla, inteligente e competente” aquilo que “[...] na maioria dos lares só pode ser feito de uma maneira comparativamente mais pobre e ocasional” (DEWEY, 2002, p. 41).

Voltando às concepções da professora Alice de Azevedo Monteiro, com um ambiente inspirado na vida familiar, o Programa escolar do Jardim de Infância deveria se orientar no cultivo dos sentidos. A função dessa instituição corresponderia a desenvolver “[...] o bom gosto, o senso de harmonia, de elegância, sem desprezar o amor ao bem e às qualidades do caráter” (MONTEIRO, 1932b, p. 48).

Para tal feito, o “canto”, que constitui a “[...] forma mais bela de que se serve a arte para expressar o sentimento”, é concebido por

essa educadora como um meio auxiliar da educação da infância, que concorre, simultaneamente, “[...] para que as lições sejam melhor compreendidas e conservadas na memória [...], como, também, para [...] o desenvolvimento do entusiasmo patriótico” (MONTEIRO, 1932b, p. 48).

No tocante à organização do ambiente escolar, as concepções expressas por Alice de Azevedo se aproximam às ideias defendidas por Maria Montessori, que atribuiu expressiva importância à organização psicológica dos materiais de ensino em face da educação da criança. Para Montessori (1965, p. 42), a organização inteligente do ambiente escolar possibilita “[...] a observação metódica do crescimento morfológico dos alunos”; permitindo aos educadores infantis a compreensão das “qualidades e necessidades” das crianças. Com base nesse entendimento, Montessori propôs um “padrão de mobília escolar” composto por mesas, cadeiras, armários, pias, objetos sensoriais e da vida prática, proporcionais à fisiologia da criança e à sua necessidade de agir inteligentemente no ambiente.

Os saberes docentes em torno da organização científica do ambiente foram debatidos pela professora Alice em seus escritos escolares publicados na *Revista do Ensino*. Em o artigo “A educação dos Párvulos e o Jardim da Infância”, essa diretora enfatiza que, na organização de um Jardim, devem ser repelidas “sugestões estranhas”. Os educadores não devem se limitar a copiar qualidades vistas em outras instituições. A organização psicológica do Jardim requer, antes de tudo, “[...] adaptá-lo cientificamente ao meio em que vai servir” (MONTEIRO, 1937, p. 23).

Assim, inspirando-se em materiais de ensino criados e confeccionados por Froebel, Montessori e Decroly, Alice de Azevedo fabricou os próprios utensílios pedagógicos para uso das crianças no Jardim de Infância. Conforme essa diretora, se esses materiais apresentavam alguma “eficácia”, essa qualidade não se devia à sua aparência, “[...] mas, unicamente ao modo como dele me sirvo, isto é, ao meu método e a lei filosófica a qual ele se funda” (MONTEIRO, 1933, p. 29).

Dessa forma, em relação aos modos de ensinar e educar as crianças na primeira escola, a professora Alice de Azevedo, em o artigo “O ensino do cálculo no Jardim da Infância”, adverte que a dificuldade a ser vencida na educação pré-primária é saber o “modo”

de cultivar os sentimentos e o coração da criança, de maneira a “[...] desenvolver-lhe o caráter, de formar-lhe personalidade moral. Despertar nestas criaturinhas em botão o amor ao belo, à natureza, às coisas sãs da vida” (MONTEIRO, 1934a, p. 42).

OS MODOS DE CULTIVAR OS SENTIMENTOS E O CORAÇÃO DA CRIANÇA

Nenhum método será entanto eficaz, completo, perfeito, se o educador a ele não se dedicar inteiramente, dando-lhe toda a força do pensamento (Alice de Azevedo Monteiro).

De acordo com Alice de Azevedo Monteiro, a parte mais importante do método froebeliano “[...] baseava-se no desenvolvimento de qualidades inatas nas crianças: observação, atividade, sentimento de personalidade”. Sendo a criança moralmente o fruto do ambiente em que vive, não são apenas os pais e os mestres os responsáveis pelo seu caráter, mas, igualmente, “[...] os servidores, os companheiros de brinquedos, os amigos, que os rodeiam, até mesmo a paisagem, os móveis, os objetos e os animais que o cercam” (MONTEIRO, 1934a, p. 42).

Concebendo as dificuldades do ensino do cálculo na escola primária, onde “[...] os meninos recebem em geral com certa relutância o ensino do número”, a professora Alice defende que “[...] não há propriamente dificuldade na matéria que se ensina, mas impropriedade no modo porque se ensina, isto é, no método, talvez mesmo no processo empregado” (MONTEIRO, 1934a, p. 42). Nesse sentido, buscando soluções para o desenvolvimento da noção de “número” no Jardim de Infância, por intermédio de correspondências realizadas com professores de São Paulo, D. Alice chega ao entendimento de “[...] que, para o ‘jardim de infância’, o método Montessori é o melhor para o ensino do cálculo” (MONTEIRO, 1934a, p. 43).

Com base no método montessoriano, a diretora do Jardim da Paraíba defende que: “Um dos primeiros passos para o aprendizado da numeração é o emprego da moeda”. Dessa forma, uma maneira de atrair a atenção infantil dar-se-ia pelo “troco da moeda”. Para Alice de Azevedo, manuseando “[...] as reluzentes moedinhas de

centavos, os pequeninos rapidamente aprendem a contar até 10” (MONTEIRO, 1934a, p. 43).

Conforme Montessori (1965), a educação sensorial e o desenvolvimento da linguagem deveriam se efetivar por auxílio de materiais específicos, de maneira que a criança desenvolva a percepção das diferentes dimensões dos objetos, cores, sons; e ainda maior precisão das ideias e do vocabulário para expressar a linguagem, com exercícios preparatórios para o manejo da escrita. Para tal, é preciso possibilitar à criança o manuseio de objetos concretos, “[...] fazendo-as ao mesmo tempo, tocar na figura para constatarem materialmente os seus contornos e fazer-lhes verdadeiras análises geométricas”, assim como “[...] observar todas formas ao seu redor, bastará, por conseguinte, atrair a sua atenção” (MONTESSORI, 1965, p. 111-112).

De conformidade às teorias defendidas pelo pensamento político-pedagógico da Escola Nova, o ensino primário na Paraíba deveria conceber o aluno como o “centro” da atividade educativa, ofertando maior ênfase aos métodos e processos de ensino ativos. Nesse contexto, Anísio Teixeira discorre sobre as diretrizes do movimento de reconstrução escolar, no artigo intitulado “As diretrizes da Escola Nova” (TEIXEIRA, 1932), destacando que a escolarização da(s) infância(s) deveria estar orientada na nova pedagogia, nos interesses, necessidades e atividades das crianças, com foco nos métodos pedagógicos, tais como os centros de interesse e o método de projetos:

1 - A escola deve ter por centro a criança e não os interesses e a ciência dos adultos; 2 - O programa escolar deve ser organizado em atividades ‘unidades de trabalho’ ou projetos, e não em matérias escolares; 3 - O ensino deve ser feito em torno da intenção de aprender da criança e não da intenção de ensinar do professor; 4 - A criança, na escola, é um ser que age com toda a sua personalidade, e não uma inteligência pura, interessada em estudar matemática ou gramática; 5 - Os seus interesses e propósitos governam a escolha das atividades à luz do seu desenvolvimento do futuro; 6 - Essas atividades devem ser reais (semelhança com a vida prática) e reconhecidas pelas crianças como próprias (TEIXEIRA, 1932, p. 25).

Em articulação à Nova Educação proposta por John Dewey (2002), que entende que a escola deveria constituir um espaço com oficinas, laboratórios, matérias e ferramentas, onde as crianças poderiam construir, criar e investigar ativamente os objetos de conhecimento, a Escola Nova brasileira passou a defender que as crianças precisariam ser vistas de forma individualizada, pois “[...] deixam de ser uma massa e convertem-se nos seres profundamente singulares que se nos deparam fora da escola, em casa, [...] no recreio e nas ruas do bairro onde vivem” (DEWEY, 2002, p. 39). Dessa forma, para Dewey (2002), os métodos e materiais não deveriam ser uniformizados para que a criança viva na escola.

Assim, em relação à organização curricular que orientou a escolarização da(s) infância(s) paraibana(s) nos grupos paraibanos, as tarefas realizadas pelas crianças, nessas instituições, deveriam se orientar nos métodos e processos de ensino postulados pela Escola Nova. No ano de 1932, mesmo ano da publicação e circulação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o Secretário do Interior e Segurança Pública na Paraíba, Argemiro de Figueiredo, sob Portaria nº 1.059 de 22 de junho de 1932, determina que sejam adaptados os programas de ensino dos grupos escolares, escolas reunidas e isoladas do ensino público primário do Estado (PROGRAMAS DO ENSINO, 1932, p. 71). São efetivadas, assim, modificações nas disciplinas curriculares, com orientações voltadas do 1º ao 6º ano, especificamente. No tocante aos Programas do 1º e 2º anos, por exemplo, os estudos deveriam compreender atividades práticas nas áreas de Língua Materna, Leitura, Escrita, Aritmética, Dezena, História do Brasil e Geografia, Higiene, Ciências Naturais e Lições de Coisas, Geometria, Desenho, Música, Instrução Moral, Trabalhos Manuais e Ginástica (PROGRAMAS DO ENSINO, 1932).

Para desenvolvimento prático desse programa curricular, os métodos e processos de ensino a ser aplicados nos grupos escolares paraibanos deveriam ser considerados flexíveis, os quais serviriam de “[...] guia e orientação ao professorado primário”, e permitiriam “[...] ainda ao mestre alguma liberdade quanto a sua aplicação” (PROGRAMAS DO ENSINO, 1936, p. 59). Nesse sentido, os professores poderiam compartilhar ou publicar as suas obras, caso tenham “[...] inventado aparelhos ou métodos e processos de ensino, que

sejam considerados de real valor didático”, de forma que pudessem ser adotados nas escolas públicas (PINHEIRO, 2002, p. 146).

Alice de Azevedo, por sua vez, em seus escritos escolares, destaca a importância de educar as crianças de forma empírica, e, posteriormente, com exercícios metódicos baseados na educação dos sentidos, ao “[...] viver as causas que as produzem”, com noção de comprimento, noções de cores e repetição no ensino de numeração. No método de “apreensão do zero”, a diretora do Jardim Oficial da Paraíba ressalta que os exercícios devem agradar imensamente as crianças. Por esse motivo, enfatiza que a criança precisa sentir o que é “nada” no ensino do zero, através de perguntas e compartilhamento do número “0”, com repetição do exercício até compreender e responder que “nada, zero significa nada”, experimentando concretamente o método montessoriano:

A jardineira colava-se em meio da sala e dirigindo-se para uma das crianças, lhe diz: - Vem aqui, querida, vem zero vez perto de mim! Quase sempre a criança corre presunçosa ao chamado. Mas meu filho, - lhe diz ela - você veio uma vez e eu lhe pedi zero vez. Começa a admiração: “Mas, então, que devo fazer” - “Nada: zero é nada” - Mas, mover. Não deveria vir nem uma vez: zero vez, nenhuma vez. Repete o exercício: Você, meu filhinho, manda-me zero beijo com os seus dedinhos. A criança ri, mas, não se mexe. Compreenderam? Repete o pedido com voz suplicante: Dê-me zero beijo, zero beijo!” Risos. Finge-se zangada e fala severamente para um deles: “Você aqui, zero vez, depressa! Digo-lhe zero vez! A criança não se mexe. No entanto todos riem (MONTEIRO, 1934a, p. 44-45).

De acordo com os Programas de Ensino instituídos na educação escolar paraibana na década de 1930, os métodos e processos de ensino deveriam estar articulados à vida da criança, às suas aptidões naturais, individuais e coletivas, à formação de sua personalidade, expressividade e à integração social com aprendizagens de finalidades socioeducativas. Assim, os professores deveriam “[...] conversar com os alunos de forma simples e interessante para desenvolver lhes a observação, como também, corrigir lhes a linguagem” (PROGRAMAS DO ENSINO, 1932, p. 75). Essa orientação

coloca a criança no centro da ação educativa, quando põe em evidência a:

[...] vida do próprio aluno, seu nome, o de seus pais, irmãos, seu trabalho em casa e na escola, a rua em que mora, seus brinquedos, os animais que aprecia, uma festa na localidade, a inauguração de um melhoramento qualquer, o que veem na sala de aula, num jardim, em uma casa, etc. (DUARTE, 1936, p. 60).

No tocante à adoção dos centros de interesse decrolyanos na educação escolar paraibana, o Inspetor Manoel Viana Junior, no artigo “A escola antiga e a escola nova” (1934), realiza a defesa dos métodos e processos de ensino pensados por Decroly. Para Viana (1934), a escolarização da(s) infância(s) paraibana(s) carecia de objetivismo, destacando aquilo que tenha relação com a vida e ao meio ambiente; ou seja, com o ensino intuitivo e utilitário. Mediante os princípios teorizados por Decroly, a criança aprende a partir do objeto do seu interesse e necessidades, com atividades criadoras e livres, por meio da observação, associação, experimentação e expressão (HAMAIDE, 1934; FERNANDES, 2018).

De conformidade a esse entendimento, no escrito escolar “Uma contribuição para o Jardim de infância”, Alice de Azevedo Monteiro afirma a necessidade de os professores concentrarem as suas práticas educativas na criança, pois a escola deveria “[...] tornar-se para ela um centro de atração, de alegria e de afeto” (MONTEIRO, 1934b, p. 23), inserindo o emprego do tempo para praticar as “lições das coisas”. Nesse sentido, Alice de Azevedo investiga a “ideia central” das atividades no processo de produção da “mandioca”, orientando as educadoras a se apropriarem dessa metodologia de ensino, que é considerada “[...] ideal para os meses de fevereiro a agosto” (MONTEIRO, 1934b, p. 24). Sendo uma programação dirigida aos jardins de infância, a sistematização proposta pela autora correspondia ao espaço rural, para os alunos aprenderem com familiaridade. Nessa escritura escolar, Alice de Azevedo destaca o termo “a mandioca” e orienta como as lições deveriam ser introduzidas; sistematizando racionalmente o passo a passo dos procedimentos metodológicos. Entre os processos de ensino expostos em seu artigo, destacam-se:

I - Passeio a um roçado; II - Arranca da mandioca; III - Preparo do terreno e da maniva para plantio; IV - Vista a uma “casa de fazer farinha”; V - Conservação e construção de uma pequena “casa de fazer farinha”; VI - Canto “A mandioca”; VII - “A arranca no roçadinho da escola”; VIII - A goma. Utilidade: mingaus, bolinhos; IX - Recitativo; X - A crueira. A massa de mandioca (MONTEIRO, 1934b, p. 24).

Ligados às propostas pedagógicas defendidas por Decroly (HAMAIDE, 1934), os processos de ensino pensados por Alice de Azevedo Monteiro partem da ideia de ensino globalizado organizado em centros de interesse. Para essa nobre professora, as atividades relativas aos estudos da “mandioca” colaborariam no desenvolvimento infantil, mediante a observância às três etapas do método decrolyano. Na fase de observação, em que “o passeio a um roçado” permitiria a observação do campo e das plantas, as crianças realizariam uma “observação ocasional”, destacando a classificação dos objetos presentes, e as lições de “observação propriamente dita” a partir das percepções das crianças. Conforme o método decrolyano, essas atividades deveriam ser concebidas a partir das “sensações”, em que as crianças poderiam fazer “[...] comparações, observando as diferenças entre os objetos, para chegar, enfim, à elaboração de um apanhado geral” (HAMAIDE, 1934, p. 109), assim como comparar as plantas do roçado com as existentes no terreno da escola, colaborando, dessa maneira, para distinguir “[...] as melancias, dum verde acinzentado, quando maduras” (MONTEIRO, 1934b, p. 24).

Na etapa da associação, as crianças seriam incentivadas a aprimorar os conhecimentos adquiridos nas lições de observação, [...] com outros já sabidos e trazidos à memória; levando em consideração a “[...] experiência pessoal da criança, com o auxílio de imagens relativas a fatos, acontecimentos [...] ou de objetos afastados” (HAMAIDE, 1934, p. 116). Nesse sentido, logo após o passeio, a professora Alice de Azevedo propõe fazer uma “representação do roçado” sobre um quadro, de forma que as crianças possam “trocar ideias” e “recordar” os “[...] sons no campo; o canto dos falhos de campina, de cabecinha rubra, o zumbido dos bezerros cor de ouro e de esmeralda, o farfalhar do vento nas folhas das plantas” (MONTEIRO, 1934b, p. 24-25). Nessas lições de associação, as

crianças aprenderiam as ideias de cooperação e solidariedade, conforme almejou Decroly (FERNANDES, 2018).

Quanto à etapa de expressão, Decroly salienta a “tradução do pensamento” articulado “[...] à palavra, à escrita, ao desenho e [...] ao trabalho manual, em relação com uma ideia que se procura materializar, precisar numa forma” (HAMAIDE, 1934, p. 121). Nessa perspectiva, Alice de Azevedo mostra os “trabalhos manuais” relacionados aos programas de ensino. Assim, nos processos relativos à aprendizagem da mandioca, deveriam ser realizados logo que adquiridos os exercícios de observação, como no “passeio ao roçado” para “[...] os grandes: reprodução pelo desenho, das flores colhidas. Para os pequenos: colorir campanulas azuis e amarelas esboçadas pela mestra” (MONTEIRO, 1934b, p. 24), como também relativo à “arranca da mandioca” “[...] para os grandes: entrançar uma esteirinha, um caçuá. Para os pequenos: colorir um facão, uma enxada uma foice” (MONTEIRO, 1934b, p. 25), visto que, ao assistir a arranca da mandioca, as crianças receberiam as raízes em cestos, para desenhar uma planta de mandioca.

Para Decroly, segundo teoriza sua discípula Amélie Hamaide (1934), as atividades englobariam “desenhos livres”, que fariam a criança percorrer o caminho do “caos à precisão”. O método proposto por Alice de Azevedo, articulado a esse pensamento, assim como aos Programas de Ensino da educação paraibana, enfatizam o “[...] desenho do natural, de memória, espontâneo e de imaginação” (PROGRAMAS DO ENSINO, 1932, p. 85). Os passeios em ambientes naturais, nesse sentido, fariam as crianças desenharem com base nas “cenas passadas” relativas à mandioca, mantendo a expressão relacionada “[...] aos objetos do centro de interesse em estudo” (FERNANDES, 2018, p. 278). Coerente a essa orientação decrolyana, essa professora do Jardim de Infância destaca que, na “[...] conservação e construção de uma pequena ‘casa de fazer farinha’, as crianças iriam “preparar os utensílios” e “[...] construir com ajuda de um operário na própria escola, [...] a nossa pequena casa de fazer farinha”, de forma a possibilitar a fabricação de bolinhos e mingaus (MONTEIRO, 1934b, p. 26). Assim, no canto “A mandioca”, Alice de Azevedo sugere um “coro” a ser entonado pelas crianças, destacando o “[...] fabrico da farinha em suas diversas fases”,

fazendo-as marchar em ritmo, com “[...] gestos que completem as imagens expressas no canto” (MONTEIRO, 1934b, p. 28).

Sendo as memórias despertadas pelo interesse, conforme Alice de Azevedo (1934b), a criança melhor atentaria aos fatos que chamam a sua atenção, visto que “[...] uns guardam a cor, outros certos objetos” que a provocam (MONTEIRO, 1934b, p. 29). Desse modo, a narrativa sobre “A lenda da mandioca”, de Roquete Pinto, exposta pela D. Alice de Azevedo, contribuiria “[...] para despertar o interesse e a curiosidade infantil, a fantasia, o gosto pelo belo; e, sobretudo, traria uma utilidade moral, cuja significação do conteúdo não caberia à dedução da professora, embora lhe fosse permitida a ‘sugestão’” (FERNANDES, 2018, p. 136-137).

Nessa perspectiva, os métodos e processos de ensino pensados e expostos por Alice de Azevedo priorizam conhecimentos que podem enriquecer a vida cotidiana da criança, fazendo-a ter experiência com elementos que não conheciam, e, por meio do interesse, guardar na memória, ao realizar atividades por intermédio da percepção. Assim, à medida que crescem, as crianças desenvolveriam o emprego da abstração e da linguagem. Para Alice de Azevedo, o desenvolvimento infantil dar-se-ia pelas impressões sensoriais. No contato com a natureza e com as coisas, a criança recorda com vivacidade e guarda na memória; haja vista que:

[...] para recordar um mesmo objeto podemos empregar vários meios. Olhando uma paisagem guardaremos a lembrança do que vimos pela percepção da cor, da forma e da posição dos objetos, ou pela percepção sensorial do contato com a natureza dela fazendo uma descrição verbal, descrição em palavras, que ressoarão nossa audição interior (MONTEIRO, 1934a, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos escritos e publicados pela professora Alice de Azevedo Monteiro na *Revista do Ensino* da Paraíba evidenciam as ideias que deveriam orientar a educação escolar da infância(s) paraibana(s) nas primeiras décadas do século vinte. Esses textos contribuíram para formar as concepções docentes, bem como

direcionar modos de atuação aos educadores nos jardins de infância dos grupos escolares paraibanos.

Entretanto, compreende-se que a atuação pedagógica dessa autora não condiz a uma mera reprodução dos saberes oriundos da pedagogia moderna (“caixa de utensílios”) e da nova pedagogia (“ciência da biblioteca”). Alice de Azevedo Monteiro, mesmo integrando um período histórico cuja formação docente se articula à observância direta da “arte de ensinar” em situações práticas com as crianças, buscou ressignificar as teorias, métodos, processos e materiais de ensino pensados pelos grandes educadores da infância.

Nessa direção de entendimento, a atuação pedagógica de Alice de Azevedo Monteiro pode ser compreendida pela apropriação e inventividade criativas das pedagogias da infância em circulação; considerando que o modelo pedagógico, enquanto “fonte de inspiração”, conforme reflete Carvalho (2000, p. 113), é uma “[...] atividade que, partindo da observação de práticas de ensinar, é capaz de extrair os princípios que a regem e de aplicá-los inventivamente”.

Tendo em vista o atributo da criatividade, isto é, da capacidade de articular inventiva e racionalmente princípios educativos e modos de ensino, os escritos de D. Alice podem ser concebidos enquanto dispositivos de uma forma e um modo escolar de socialização da infância (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001), então norteados por um conjunto de “saberes autorizados” vinculados à pedagogia moderna e ao ideário escolanovista de reconstrução educacional e às “ciências da educação”.

Voltadas a formar e a guiar a prática docente na primeira escola, as concepções e propostas educativas sistematizadas pela professora e escritora Alice de Azevedo Monteiro podem ser concebidas como pertencentes a uma gramática específica: a escolar, então constituída por uma série de “[...] saberes escriturais formalizados, saberes objetivados, delimitados, codificados, concernentes tanto ao que é ensinado como à maneira de ensinar, tanto às práticas dos alunos, quanto às práticas dos mestres” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 28).

Dessa maneira, associando-se aos saberes oriundos da pedagogia moderna e da nova educação, assim como ao processo nacional de escolarização da(s) infância(s) com base nos

interesses e necessidades das crianças, os escritos escolares de Alice de Azevedo Monteiro se articulam a intencionalidades políticas mais amplas em face da educação escolar da primeira infância, na medida que: “[...] a escola [é] como uma colmeia, onde cada criança é uma abelhinha laboriosa, diligente” (MONTEIRO, 1932, p. 47).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Meryglauca Silva. A educação da infância: uma leitura na revista do ensino da Paraíba (1932-1934). In: RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de; SILVA, Vivia de Melo (Org.). **Leituras sobre a revista de ensino da Paraíba** [livro eletrônico]. Campina Grande: EDUFPG, 2019, p. 137-152.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 111-120, 2000.

DEWEY, John. **A escola e a sociedade. A criança e o currículo**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2002.

DUARTE, Débora. Globalização do ensino. **Revista do ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano IV, n. 13, p. 25-26, Set, 1936.

FERNANDES, Hercília Maria. Literatura pedagógica e escolarização da infância: os bons moldes de ensino da “caixa de utensílios”. **Cadernos de História da Educação**, v. 21, n. Edição Contínua, 2022a.

FERNANDES, Hercília Maria.; CAVALCANTE, Davi. Literatura pedagógica e escolarização da infância: saberes autorizados na e da educação paraibana (1932-1942). **Revista Educação em Questão**, v. 60, n. 63, 10 mar. 2022b.

FERNANDES, Hercília Maria. **Aprender e apreender no Jardim-Escola** (Caicó, Rio Grande do Norte, 1960-1993). Natal-RN: UFRN, 2018, 367 f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

FERNANDES, Hercília Maria. Literatura pedagógica e escolarização da infância: os modos de ensinar e educar da “caixa de utensílios”. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 10, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, 2019. **Anais** [...]. Pau dos Ferros: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), 2019a, *Online*.

FERNANDES, Hercília Maria. Literatura pedagógica e escolarização da infância: os modos de ensinar e educar da “ciência da biblioteca”. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 10, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, 2019. **Anais** [...]. Pau dos Ferros: Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), 2019b, *Online*.

FROEBEL, Friedrich Wilhelm August. **A educação do homem**. Tradução Maria Helena Câmara Bastos. Passo Fundo (Rio Grande do Sul): Editora Universitária, 2001.

FROEBEL, Friedrich Wilhelm August. **Pedagogics of the kindergarten**. Translated by Josephine Jarvis. New York: Appleton, 1897.

HAMAIDE, Amélie. **O método Decroly**. Prefácio Édouard Claparède. Tradução Alcina Tavares Guerra. 2. ed. aum. P. BRIGUIET & C.^a – Editores: Rio de Janeiro-RJ, 1934.

LUCENA, Meryglauca Silva Azevedo. **“A criança é uma planta mimosa e gentil, frágil e encantadora”: um estudo sobre a revista do ensino da Paraíba (1932-1942)”**. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. Percursos e percalços na implantação dos jardins de infância na cidade da Parahyba: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917- 1939). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira... [et al.] organizadores. **República**: escritos da história LABORHIS. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016, p. 17-122.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. **Revista HISTEDBR On-line**: Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa, PB: Secretaria da Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação, 1996. (Coleção Biblioteca Paraibana).

MELLO, José Baptista. Problemas do ensino. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano III, n. 11, p. 5-10, dez., 1934.

MONTESSORI, Maria Tecla Artemesia. **Pedagogia científica**: a descoberta da criança. Tradução Aury Azélio Brunetti. São Paulo: Editora Flambuyant, 1965.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Jardins de Infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano I, n. 1, p. 13-14, abr. 1932a.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Brincar e estudar. **Revista do Ensino**, Pessoa: Imprensa Oficial, ano I, n. 2, p. 47-48, jul. 1932b.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Palavras da Diretora do Jardim de Infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano II, n. 6 e 7, p. 27-32, set. 1933.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. O Ensino do cálculo no jardim de infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano III, n. 8, p. 41-47, mar. 1934a.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Uma contribuição para os Jardins da Infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano III, n. 11, p. 23-30, dez., 1934b.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Curso Modelo. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano IV, n. 14, p. 15-16, dez. 1936.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. A educação dos Párvulos e o Jardim de Infância. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano V, n. 14, p. 23-25, dez. 1937.

PINHEIRO, A. C. F.; SILVA, E. N. C. de A.; BURITY, L. M. D. Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba estadonovista (1937-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 54, p. 172- 188, 2014.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das escolas isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade de São Francisco, 2002.

PROGRAMAS DE ENSINO. Estado da Paraíba, Diretoria do Departamento de Educação. **Revista do ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano IV, n. 13, p. 59-76, set. 1936.

PROGRAMAS DO ENSINO. Portaria 1.059, de 22 de Junho de 1932. Estado da Paraíba, Secretaria do Interior e Segurança Pública, Diretoria do Ensino Primário. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano I, n. 2, p. 69-149, jul. 1932.

RODRIGUES, Melânia Mendonça; SILVA, Vivia de Melo. Imprensa e educação: a revista do ensino da Paraíba. In: RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de; SILVA, Vivia de Melo (Org.). **Leituras sobre a revista de ensino da Paraíba** [livro eletrônico]. Campina Grande: EDUFCEG, 2019, p. 19-52.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, Nicoli Lira da; FERNANDES, Hercília Maria. Métodos e processos de ensino na escolarização da(s) infância(s) paraibana(s) (1930-1940). In: XII FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA - FIPED. **Anais [...]**. Cajazeiras, Paraíba: AINPGP, 2021, *Online*.

SILVA, Vivia de Melo; RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de. Orientações político-pedagógicas na revista do ensino da Paraíba: o escolanovismo e o estadonovismo. In: RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de; SILVA, Vivia de Melo (Org.). **Leituras sobre a revista de ensino da Paraíba** [livro eletrônico]. Campina Grande: EDUFCEG, 2019, p. 53-88.

SOUSA, Amurielle Andrade de. **O ideário da escola nova na Paraíba: circulação de novos saberes nos discursos de José Baptista de Mello (1930-1936)**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. A educação pré-escolar. In: TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora URJ, 2007. (Coleção Anísio Teixeira, v. 4).

TEIXEIRA, Anísio Spínola. As diretrizes da Escola Nova. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano I, n. 3, p. 5-26, set., 1932.

VIANA Jr., Manuel. A escola antiga e a escola nova. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano III, n. 8, p. 55-59, mar., 1934.

VIEIRA, Anne Caroliny Rufino Soares; GOMES, Cristina da Silva; FERNANDES, Hercília Maria. Criança, infância e escola na Revista do Ensino (Paraíba, 1932-1942): saberes autorizados da "caixa de utensílios" e da "ciência da biblioteca". In: JOCA, Alexandre Martins; SOUSA, Kássia Mota de; GUIDOTTI, Viviane (org.). **A pesquisa na graduação: reflexões, experiências e saberes do(dis)cente**. 1 ed. Cajazeiras: Edições AINPGP, 2020, (v. 1).

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 9-47, jun. 2001.